



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
ÓRGÃOS DELIBERATIVOS CENTRAIS

ATA Nº 6 DA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Ata da sessão ordinária do Conselho Universitário realizada no dia 27 de abril de 2021, às 14 horas, *on-line*.

1 Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e um, às quatorze horas, reuniu-se  
2 o Conselho Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina (CUn/UFSC), *on-line*, por  
3 meio de webconferência, pelo *link* [https://conferenciaweb.rnp.br/webconf/conselho-](https://conferenciaweb.rnp.br/webconf/conselho-universitario-da-ufsc)  
4 [universitario-da-ufsc](https://conferenciaweb.rnp.br/webconf/conselho-universitario-da-ufsc), convocado por meio do Ofício Circular nº 04/2021/SODC/CUn, em caráter  
5 ordinário, nos termos da convocação anteriormente preparada e enviada a todos os  
6 conselheiros por meio eletrônico. Participaram da sessão, consoante a lista de frequência  
7 enviada pelo Assina UFSC, através do *link* <https://u.ufsc.br/X5zmLCW>, os seguintes membros:  
8 Cátia Regina Silva de Carvalho Pinto, Rogério Cid Bastos, Daniel de Santana Vasconcelos,  
9 Sebastião Roberto Soares, Cristiane Derani, Rosete Pescador, Jane Mara Block, Alexandre  
10 Verzani Nogueira, Oscar Bruna-Romero, Fábio Luiz Lopes da Silva, Marianne Rossi Stumpf, Luiz  
11 Salomão Ribas Gomez, José Isaac Pilati, Claudio Macedo de Souza, Juliano Gil Nunes Wendt,  
12 Joni Stolberg, Fabricio de Souza Neves, Jeferson Rodrigues, Michel Angillo Saad, Tiago Nunes,  
13 Dal Pupo, Antonio Alberto Brunetta, Rosalba Maria Cardoso Garcia, Miriam Furtado Hartung,  
14 Paulo Pinheiro Machado, Nilton da Silva Branco, Tatiane de Andrade Maranhão, Irineu Manoel  
15 de Souza, Pedro Antônio Melo, Edson Roberto De Pieri, Gregorio Jean Varvakis Rados, João Luiz  
16 Martins, Diego Santos Greff, Rafael Gallina Delatorre, Eugênio Simão, Gisele Augustini Lovatel,  
17 Fernanda Müller, Carla D'Agostini Derech, Roberto Willrich, Dilceane Carraro, Raphael  
18 Schlickmann, Aroldo Prohmann de Carvalho, Júlio Faria Corrêa, Carlos Frederico Deluqui Gurgel,  
19 Sandra Rolim Esslin, Ivan Helmuth Bechtold, Roberto Carlos dos Santos Pacheco, Luiz Alberton,  
20 Camilla de Amorim Ferreira, Iclícia Viana, Karine Albrescht Kerr, Karina Jansen Beirão, Ronaldo  
21 David Viana Barbosa, Eduardo de Mello Garcia, Sandra Regina Carrieri de Souza, Antônio  
22 Marcos Machado, Cauê Baasch de Souza, Lucas de Azevedo Pazin, Rodrigo Luiz Coelho,  
23 Francisco Ianzer Machado, Taylana Ramos Pirocca e Victor Hugo Graffunder de Oliveira. A  
24 reunião foi presidida pelo professor Ubaldo Cesar Balthazar, reitor da UFSC. Iniciada a sessão,  
25 foi justificada a ausência dos seguintes conselheiros: Malcon Martinez-Pereira, Glauber  
26 Wagner, Eliane Nascimento, Caroline Rodrigues Vaz, Carlos Antônio Oliveira Vieira, Celso Spada  
27 e Juliano Dal Pupo. Registre-se a participação dos tradutores intérpretes de libras/português  
28 Samuel Moraes, Carlos Grahamhill e Paulo Cunha. Precedendo a ordem do dia, foram  
29 empossados os novos membros do Conselho, quais sejam: I – vice-presidente, Cátia Regina  
30 Silva de Carvalho Pinto; II – diretor e vice-diretora do Centro de Comunicação e Expressão:  
31 Fábio Luiz Lopes da Silva e Marianne Rossi Stumpf; III – representantes da Câmara de Pesquisa:  
32 a) Carlos Frederico Deluqui Gurgel, titular, e Ricardo Dantas de Lucas, suplente; e b) Eliane  
33 Regina Pereira do Nascimento, titular; IV – representantes do Centro de Ciências Jurídicas:  
34 Cláudio Macedo de Souza, titular, e Grazielly Alessandra Baggenstoss, suplente; V –  
35 representantes da Câmara de Extensão: Dilceane Carraro, titular, e Mônica Aparecida Aguiar  
36 dos Santos, suplente. No ato de posse, foi passada a palavra aos representantes do Centro de

37 Comunicação e Expressão, Fábio da Silva e Marianne Stumpf. O conselheiro Fábio informou que  
38 a Conselheira Marianne era a primeira vice-diretora de unidade surda da Universidade, e em  
39 seguida foi feita uma breve apresentação – esta, em libras –, a qual foi seguida de  
40 agradecimentos. Após isso, os demais novos conselheiros também se apresentaram, por meio  
41 da imagem de vídeo. Na sequência, foi colocado em apreciação o pedido de participação, para  
42 o item 6 de pauta, dos representantes do Sindicato dos Professores das Universidades Federais  
43 de Santa Catarina (Apufsc-Sindical), quais sejam: Carlos Alberto Marques, Camilo Buss, Carmen  
44 Maria de Oliveira Müller, Luana Renostro Heinen e Douglas Kovaleski. O pedido foi aprovado  
45 pelo Conselho. A seguir, o conselheiro Oscar Bruna-Romero pediu a palavra para agradecer, em  
46 nome do Centro de Ciências Biológicas (CCB/UFSC), a posição institucional em defesa do  
47 docente André Báfica em relação à divulgação de notícia falsa o envolvendo. Ato contínuo,  
48 passou-se à apreciação da ordem do dia. Na ocasião, o conselheiro Eduardo Garcia, como  
49 superintendente da comissão designada pela Resolução nº 24/2020/CUn, solicitou a retirada do  
50 item 3 de pauta, referente à apreciação do relatório da referida comissão, que tinha como  
51 objetivo a elaboração de minuta de alteração regimental que normatizasse a realização das  
52 sessões remotas do Conselho Universitário durante a situação de suspensão das atividades  
53 presenciais decorrente da pandemia da COVID-19. O conselheiro Eduardo Garcia sugeriu que o  
54 item fosse apreciado em uma sessão extraordinária, dentro de quinze dias, considerando  
55 solicitações à comissão para tempo adicional para o envio de propostas de destaque para a  
56 minuta da resolução. Após a aquiescência do colegiado em relação à ordem do dia, o  
57 presidente submeteu à apreciação os processos constantes da pauta conforme a listagem a  
58 seguir. **1. Apreciação e aprovação das atas relativas às sessões de 30 de março e 1º de abril de**  
59 **2021.** Foi dispensada a leitura das atas, considerando que todos haviam tido conhecimento de  
60 seus conteúdos previamente, pois elas haviam sido encaminhadas por correio eletrônico, já  
61 com o aceite de uma solicitação de alteração que havia sido feita. Submetidas à votação, as  
62 atas foram aprovadas por unanimidade pelo Conselho, registrando-se 56 (cinquenta e seis)  
63 votos favoráveis. **2. Processo digital nº 23080.042883/2020-30. Requerente: Pró-Reitoria de**  
64 **Graduação (PROGRAD). Objeto: Apreciação da aprovação *ad referendum* da Resolução**  
65 **Normativa nº 147/2020/CUn e da Resolução nº 34/2020/CUn, que aprovaram *ad referendum***  
66 **alterações na Resolução Normativa nº 140/2020/ CUn e na Resolução nº 12/2020/CUn.** Com  
67 a palavra, o presidente fez uma exposição sobre a matéria. Em discussão, houve pedidos de  
68 mais esclarecimentos acerca do conteúdo do processo, sendo elucidado pelo presidente que o  
69 processo tratava da extensão da validade da Resolução Normativa nº 140/2020/CUn,  
70 originalmente prevista apenas até junho de 2021, que se alterava para o segundo semestre de  
71 2021, acompanhando o calendário acadêmico referente a esse período. O conselheiro Cauê de  
72 Souza solicitou a palavra para prestar outros esclarecimentos e acrescentou que o referido  
73 processo também alterava a forma de cálculo e aproveitamento do Índice de Aproveitamento  
74 Acumulado (IAA) dos alunos durante a vigência do Calendário Suplementar Excepcional, bem  
75 como incluía prazos para cancelamento de disciplinas e trancamento de curso pelos  
76 estudantes. Na sequência, a explanação do conselheiro Cauê foi corroborada pelo conselheiro  
77 Daniel Vasconcelos, enquanto pró-reitor de Graduação. Na fala deste conselheiro, esclareceu-  
78 se que a Resolução Normativa nº 140/CUn/2020, que regulamentou as atividades de ensino em  
79 modo remoto, estabelecia que o IAA não seria calculado nem aproveitado naquele período. O  
80 conselheiro Daniel também esclareceu que, atendendo a pedidos de alunos que se viam  
81 prejudicados pela não apuração e aproveitamento do índice, a Câmara de Graduação se  
82 debruçou sobre o assunto e apresentou uma nova fórmula de apuração do IAA, aprovada em  
83 novembro de 2020, que considerava para o cálculo apenas as disciplinas em que o estudante  
84 fosse aprovado. Conforme o pró-reitor Daniel, essa proposta também facultava que o índice de  
85 aproveitamento das disciplinas aprovadas no semestre fosse utilizado apenas quando não fosse

86 inferior ao IAA acumulado até o momento, ou seja, o aluno poderia utilizar o que lhe fosse mais  
87 benéfico. A seguir, passou-se à votação, sendo a Resolução Normativa nº 147/2020/CUn  
88 referendada por unanimidade pelo Conselho, com 56 (cinquenta e seis) votos favoráveis. **3.**  
89 **Processo digital nº 23080.042181/2020-56. Requerente: Presidente do Conselho**  
90 **Universitário. Objeto: Apreciação do relatório da comissão designada pela Resolução nº**  
91 **24/2020/CUn, de 27 de outubro de 2020.** O processo foi retirado de pauta, haja vista que o  
92 conselheiro Eduardo de Mello Garcia, representante da comissão instituída pela Resolução nº  
93 024/2020/CUn, pediu a palavra ainda na apreciação da Ordem do Dia para solicitar que o  
94 assunto fosse discutido em uma sessão extraordinária a ser agendada. O Conselho discutiu a  
95 respeito e ficou definido que a comissão receberia os destaques até o dia 4 de maio de 2021, e  
96 que a proposta de resolução normativa complementar ao Regimento Interno do Conselho  
97 Universitário referente à realização de sessões remotas durante a suspensão das atividades  
98 presenciais da UFSC em decorrência da pandemia de COVID-19 seria apreciada em sessão  
99 extraordinária a ser realizada em 11 de maio de 2021. O assunto foi então retirado de pauta. **4.**  
100 **Solicitação digital nº 039325/2020. Proponente: Coordenadoria de Gestão Ambiental**  
101 **(CGA/GR). Objeto: Apreciação da solicitação de indicação de 8 (oito) representantes do CUn**  
102 **(titulares e suplentes) dentre docentes (2), servidores técnico-administrativos em educação –**  
103 **STAEs (2), estudantes de graduação (2) e estudantes de pós-graduação (2).** Com a palavra, o  
104 presidente apresentou uma explicação acerca do objeto. Em sua fala, com base em instrução  
105 dada pela Coordenadoria de Gestão Ambiental (CGA), foi elucidado que as indicações de  
106 representantes poderiam ser externas ao Conselho, embora fosse mais conveniente indicar  
107 representantes que integrassem o colegiado. Em seguida, o presidente Ubaldo colocou a  
108 matéria em discussão e propôs que se passasse à indicação dos representantes. O conselheiro  
109 Victor Hugo Graffunder de Oliveira pediu a palavra para afirmar que a matéria carecia de mais  
110 esclarecimentos para o andamento da discussão no Conselho. O conselheiro Victor de Oliveira  
111 também afirmou que a representação de discentes da pós-graduação não dispunha das  
112 condições devidas para fazer a indicação de representantes da categoria naquela sessão, por  
113 conta de dificuldades de acesso prévio aos documentos pertinentes às reuniões, o que vinha  
114 prejudicando o exercício da categoria no Conselho. Na mesma oportunidade, manifestou-se em  
115 relação à representatividade discente no âmbito da Universidade, que, segundo ele, figurava  
116 como minoria, afetando a democracia universitária. Na sequência, o conselheiro Edson De Pieri  
117 endossou a fala do conselheiro Victor, solicitando mais esclarecimentos por parte da CGA  
118 acerca das atribuições dos membros da referida comissão. Com a palavra, o conselheiro  
119 Antonio Brunetta sugeriu que houvesse um diálogo preliminar à indicação dos representantes,  
120 que promoveria uma composição de uma comissão por representantes com interesse e  
121 competência para nela atuar. Em seguida, a vice-presidente Cátia Carvalho prestou alguns  
122 esclarecimentos sobre o trabalho da Coordenadoria. Em face do exposto pelos conselheiros, o  
123 presidente anunciou que convidaria a professora e coordenadora da CGA, Letícia Albuquerque,  
124 para explanações acerca do assunto e retirou o processo de pauta para apreciação em sessão  
125 oportuna. **5. Processo digital nº 23080.015565/2021-87. Proponente: Secretaria de Cultura e**  
126 **Arte (SeCArte). Objeto: Apreciação da solicitação de mudança na denominação do Teatro da**  
127 **UFSC, localizado no Departamento Artístico Cultural – DAC, para “Teatro Carmen Fossari”, em**  
128 **homenagem póstuma à servidora Carmen Fossari,** sob relatoria do conselheiro Rogério Cid  
129 Bastos. Foi passada a palavra ao relator, que procedeu com a leitura do parecer, no qual se  
130 manifestou favorável à aprovação da solicitação da SeCArte para que o Teatro da UFSC  
131 passasse a se denominar Teatro Carmen Fossari, bem como à colocação de uma placa  
132 explicando quem havia sido Carmen Fossari. Não havendo manifestações, o presidente  
133 submeteu o Parecer nº 10/2021/CUn à votação, o qual foi aprovado por unanimidade, com 57  
134 (cinquenta e sete) votos favoráveis. **6. Apresentação pelo GT do Sindicato dos Professores das**

135 **Universidades Federais de Santa Catarina (Apufsc-Sindical) no que concerne ao resultado do**  
136 **trabalho realizado acerca da importância e dos efeitos da proposta de Reforma**  
137 **Administrativa sobre os serviços e servidores públicos e na estrutura do Estado, inclusive nas**  
138 **Universidades Federais.** Com a palavra, o presidente da Apufsc-Sindical, professor Carlos  
139 Aberto Marques, por meio de dados numéricos, apresentou um panorama relativo ao  
140 orçamento federal e aos cortes nos ministérios da Educação (MEC) e da Ciência, Tecnologia, e  
141 Inovações (MCTI), na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES),  
142 no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e nas universidades  
143 federais, destacando que estas haviam tido 25% (vinte e cinco por cento) de cortes entre 2019  
144 e 2020 e que, naquele momento, recebiam mais 18% (dezoito por cento) de cortes, além de  
145 bloqueio orçamentário de R\$ 2,7 bilhões. Também reportou as perdas salariais de professores,  
146 que atingia naquele momento em torno de 25% desde 2017, e o congelamento de reajustes até  
147 2036 (por meio da PEC Emergencial). Por fim, salientou a degradação da autonomia  
148 universitária, com 25 intervenções na nomeação de reitores e 648 denúncias de censura e  
149 perseguições de servidores públicos por manifestações de opinião. Em seguida, a professora  
150 Luana Renostro Heinen também efetuou uma apresentação em que falou sobre a Reforma  
151 Administrativa, abordada pela PEC nº 32/2020, tratando dos principais impactos da reforma  
152 sobre a estrutura administrativa da Universidade, bem como sobre os servidores públicos,  
153 especialmente os docentes e servidores técnico-administrativos em educação. Segundo a  
154 exposição da professora Luana Heinen, a Proposta de Emenda Constitucional nº 32/2020, que  
155 havia sido apresentada pelo Ministério da Economia em setembro de 2020, objetivava alterar a  
156 estrutura do Estado e os vínculos dos servidores com a Administração Pública, restringir  
157 direitos dos servidores, reduzir o papel do Estado na garantia de direitos sociais e concentrar  
158 poderes nas mãos do Chefe do Poder Executivo (presidente da República). A professora Luana  
159 prosseguiu dizendo que o principal impacto sobre o funcionalismo dizia respeito ao fim da  
160 estabilidade, que permaneceria unicamente aos “cargos típicos de Estado”, a serem definidos  
161 por lei, devendo incluir somente os membros de poderes – juízes, promotores – e as funções  
162 que não encontravam paralelo na iniciativa privada, como militares, diplomatas. No que diz  
163 respeito à estabilidade, a professora Luana afirmou que uma alteração imediata poderia atingir  
164 todos os servidores: a regulamentação da demissão por avaliação de desempenho – art. 41, §  
165 1º da Constituição Federal – por lei ordinária – possibilitando a edição de medidas provisórias  
166 sobre o tema. Informou que também seriam alterados os vínculos entre servidores e Estado: 1)  
167 seria criado o vínculo de experiência como uma etapa do concurso público, por meio do qual  
168 servidores aprovados nas primeiras fases do concurso desempenhariam a função, sendo  
169 escolhido ao final do período de vínculo aquele com melhor desempenho – essa hipótese era  
170 criticada na medida em que poderia ampliar a subjetividade na seleção dos servidores e  
171 favorecer aqueles com visão ideológica mais próxima do governante do momento; 2) os cargos  
172 de servidores efetivos seriam substituídos por “cargos por prazo indeterminado”, sem  
173 estabilidade, de modo que a demissão poderia se dar por meio do interesse da Administração –  
174 para a redução de gastos, por exemplo; 3) os cargos comissionados, que eram limitados às  
175 funções de Direção, Chefia e Assessoramento – art. 37, V, CF/88 – seriam transformados em  
176 cargos de liderança e assessoramento, abrangendo também cargos técnicos, e seria revogada a  
177 previsão constitucional de que uma porcentagem desses cargos fosse preenchida por  
178 servidores concursados; 4) os cargos temporários que naquele momento se limitavam a  
179 atender à necessidade temporária de excepcional interesse público – art. 37, IX, CF/88 – seriam  
180 transformados em vínculo por prazo determinado – art. 39-A, II – e teriam ampliadas as  
181 hipóteses de contratação – segundo a PEC, para as seguintes situações: necessidade temporária  
182 decorrente de paralisação de atividades essenciais – greve – ou de acúmulo transitório de  
183 serviço; atividades, projetos ou necessidades de caráter temporário ou sazonal; e atividades ou

184 procedimentos “sob demanda”. Acrescentou que a reforma também extinguiu uma série de  
185 direitos do funcionalismo: limitava férias a 30 dias por ano – art. 37, XXIII, “a”; acabava com os  
186 adicionais referentes a tempo de serviço – art. 37, XXIII, “b”; terminava com a licença-prêmio  
187 por assiduidade ou por tempo de serviço – art. 37, XXIII, “d”; proibia redução de jornada,  
188 mesmo com redução de remuneração – art. 37, XXIII, “e”; e vedava progressão ou promoção  
189 baseada exclusivamente em tempo de serviço – art. 37, XXIII, “h”. A professora Luana Heinen  
190 esclareceu também que os principais impactos sobre os docentes das universidades públicas  
191 poderiam ser os seguintes: o comprometimento da liberdade de cátedra e da continuidade das  
192 pesquisas científicas devido ao fim da estabilidade; a redução do pessoal efetivo, o que poderia  
193 levar à sobrecarga de atividades administrativas, de pesquisa e extensão pelos efetivos daquele  
194 momento; a cisão da categoria entre estáveis e não estáveis, gerando disputas internas e  
195 podendo ocasionar perdas salariais, falta de reposição e congelamento de remunerações; por  
196 fim, a própria precarização do trabalho com a criação dos novos vínculos. No que diz respeito  
197 ao impacto orçamentário da reforma, a professora Luana informou que não haviam sido  
198 apresentados estudos pelo Ministério da Economia que comprovassem que haveria efetiva  
199 redução dos gastos com pessoal, havendo inclusive a possibilidade de aumento da ineficiência e  
200 ampliação de práticas de corrupção e patrimonialistas devido à ampliação da contratação de  
201 temporários e comissionados. Além disso, disse que a reforma não atingia a elite salarial do  
202 funcionalismo público e não resolvia as distorções de remuneração que existiam na  
203 Administração Pública. Além de mudanças que atingiam diretamente os servidores, segundo a  
204 professora, a reforma também modificava a estrutura do Estado brasileiro de duas formas  
205 principais: concentrava poderes nas mãos do Chefe do Executivo e tornava a prestação de  
206 serviços públicos pelo Estado subsidiária. Destacou que, ao alterar o art. 84 da Constituição, a  
207 Reforma ampliava os poderes do presidente da República permitindo que ele pudesse, por  
208 decreto, sem necessidade de lei aprovada pelo Poder Legislativo: 1) alterar, reorganizar e  
209 extinguir cargos públicos e suas atribuições – art. 84, VI, “f”; e 2) extinguir, transformar e fundir  
210 autarquias e fundações – art. 84, VI, “d”. A professora Luana acrescentou que, ao atribuir tais  
211 poderes ao presidente da República, a PEC restringia o debate democrático parlamentar sobre  
212 estes temas: atribuições dos servidores e suas carreiras e criação e extinção de autarquias e  
213 fundações. Explicou que a primeira alteração impactava de forma imediata os servidores  
214 daquele momento, que poderiam ter suas atribuições alteradas e carreiras reorganizadas por  
215 ato unilateral do presidente da República. Já a segunda mudança possibilitaria a extinção ou  
216 fusão de universidades e órgãos de fiscalização como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e  
217 dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária  
218 (ANVISA) por decreto, pois essas instituições tinham a forma jurídica de autarquias. Por fim, ao  
219 professora Luana explicou que, ao inserir no art. 37 da Constituição o “princípio da  
220 subsidiariedade”, a Reforma Administrativa tornaria a prestação de serviços públicos de saúde  
221 e educação, por exemplo, que naquele momento eram direitos universais e gratuitos, uma  
222 atividade subsidiária do Estado, só devendo executá-la quando a iniciativa privada não tivesse  
223 interesse em fazê-lo. Por fim, o GT Reforma Administrativa da Apufsc-Sindical apresentou as  
224 atividades de conscientização que vinha realizando em diversos centros e departamentos da  
225 UFSC, bem como a produção de material e divulgação nas mídias sociais, conversa com  
226 parlamentares e articulação em torno do tema. A professora Luana acrescentou que  
227 consideravam que os impactos da aprovação da reforma sobre os servidores, a universidade  
228 pública e a população em geral – beneficiária da prestação de serviços públicos – eram muito  
229 significativos, o que exigia um posicionamento de docentes, técnicos-administrativos em  
230 educação, estudantes e do próprio Conselho Universitário sobre o tema. Ao retomar a palavra,  
231 o presidente agradeceu pelas explanações dos professores da Apufsc-Sindical e abriu espaço  
232 para debate. No ensejo, pediu mais esclarecimentos sobre o conceito de subsidiariedade

233 arrolado na Constituição e na apresentação dos professores, seguidamente mencionados pelo  
234 professor Carlos Marques e pelo conselheiro Antônio Machado. Durante a discussão, houve  
235 manifestações de conselheiros demonstrando sua preocupação em relação à reforma e às  
236 ações que vinham sendo empreendidas contra as universidades públicas e a ciência,  
237 reivindicando um posicionamento da instituição perante tais condições, bem como ressaltando  
238 a importância da interlocução com outras entidades e com a população. A palavra foi  
239 concedida ao conselheiro Fábio da Silva, que conclamou o Conselho e a Administração Central  
240 para assumirem uma posição protagonista em defesa da Universidade diante daquele processo  
241 e sugeriu a articulação entre sindicatos, discentes, parlamentares e a Associação Nacional dos  
242 Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Na sequência, com a palavra,  
243 o conselheiro João Martins endossou a fala do conselheiro Fábio da Silva em relação à  
244 organização da Universidade com outras entidades, acrescentando também as organizações  
245 civis, a favor da ocupação de espaços em forma de defesa e resistência. Também se pronunciou  
246 a conselheira Camilla Ferreira, que argumentou a favor da interlocução com os trabalhadores  
247 em geral, ao ressaltar que a Reforma Administrativa não atingiria apenas servidores públicos,  
248 mas toda forma de trabalho. No mesmo sentido argumentou a conselheira Cristiane Derani, a  
249 professora Carmen Müller, da Apufsc-Sindical, e a conselheira Sandra Carrieri, enfatizando a  
250 necessidade de uma posição contundente do Conselho e das demais categorias e instâncias da  
251 Universidade para se opor totalmente àquela reforma. Na mesma oportunidade, a conselheira  
252 Sandra relatou sua participação em um fórum de servidores públicos, de vários níveis, em que  
253 se realizava um planejamento de ações conjuntas de interlocução com a população em geral  
254 sobre o serviço público e a referida reforma. Manifestou-se também o conselheiro Nilton  
255 Branco, que convocou os conselheiros a ajudar a Apufsc-Sindical na divulgação de seu trabalho  
256 e na profusão desse debate. Ao final, a professora Luana Heinen, corroborando as posições  
257 tomadas pelos conselheiros durante a discussão, ressaltou a necessidade do diálogo com a  
258 população e de um posicionamento da Universidade, com suas diversas instâncias e com o  
259 Conselho Universitário, diante daquela reforma que afetaria o serviço público, bem como toda  
260 a sociedade brasileira. Em seguida, o professor Carlos Marques também destacou a  
261 importância do diálogo com a sociedade, bem como com os parlamentares. Ainda na sua fala,  
262 fez algumas proposições, como uma manifestação pelo Conselho ou a composição de uma  
263 comissão. Em seguida, o presidente Ubaldo retomou a palavra para agradecer o trabalho  
264 realizado pelo GT da Apufsc-Sindical e a colaboração dos conselheiros no debate, e disse que a  
265 discussão prosseguiria, em defesa da Universidade. O presidente propôs, então, que fosse  
266 nomeado um grupo institucional com a participação das instâncias representativas da  
267 Universidade para consolidar uma posição universitária em relação à questão. **7. Informes**  
268 **gerais.** A palavra foi concedida à conselheira Tatiane Maranhão, que, representando docentes  
269 do Centro de Ciências Físicas e Matemáticas (CFM/UFSC), manifestou sua preocupação a  
270 respeito da nomeação da nova presidente da CAPES, realizada no início daquele mês, pelo  
271 Ministério da Educação. A conselheira Tatiane Maranhão solicitou ao Conselho que fosse  
272 aprofundado o diálogo sobre o assunto, a fim de avaliar a possibilidade de a Universidade se  
273 manifestar e, caso necessário, buscar diálogo com outras instituições e até com a Andifes em  
274 relação à revisão dessa nomeação. Com a palavra, o conselheiro João Luiz Martins sugeriu que  
275 fosse convocado, para participação em uma reunião oportuna do Conselho, o secretário de  
276 Planejamento e Orçamento da UFSC, Fernando Richartz, para uma exposição acerca das  
277 condições orçamentárias da Instituição para aquele ano. Na sequência, manifestou-se o  
278 conselheiro Eduardo Garcia, que considerou a necessidade da realização de um amplo debate  
279 no Conselho Universitário acerca do Projeto de Lei nº 5595/2020, que tratava a educação  
280 básica e a educação superior como atividades essenciais, vedando a suspensão das suas  
281 atividades presenciais durante a pandemia de coronavírus. Em seguida, o conselheiro Sebastião

282 Soares informou que o Colégio de Pró-Reitores de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, após  
283 reunião em uma semana precedente, havia emitido uma nota à Andifes acerca da nomeação da  
284 nova presidente da CAPES. Após retomar a palavra, o presidente afirmou que seria estabelecida  
285 uma posição contundente e global da Universidade em relação a essas questões e, nada mais  
286 havendo a tratar, agradeceu a presença e as contribuições de todos nos debates e encerrou a  
287 sessão. Para constar, eu, Raquel Pinheiro, secretária-geral dos Órgãos Deliberativos Centrais,  
288 lavrei a presente ata, que, após aprovada, será assinada pelo senhor presidente e pelos demais  
289 conselheiros. Registre-se que a sessão foi transmitida via *web* e que sua gravação, com o  
290 registro das manifestações dos presentes e dos encaminhamentos adotados, poderá ser  
291 consultada pelo canal do Conselho Universitário na plataforma YouTube:  
292 <https://www.youtube.com/c/ConselhoUniversit%C3%A1rioUFSC/videos>. Florianópolis, 27 de  
293 abril de 2021.

Lista de assinaturas de aprovação da Ata da Sessão Ordinária do Conselho Universitário da UFSC realizada no dia 27 de abril de 2021, às 14 horas, *on-line*.

Lista de assinaturas de aprovação da Ata da Sessão Ordinária do Conselho Universitário da UFSC realizada no dia 27 de abril de 2021, às 14 horas, *on-line*.